



# IRÃ: POLÍTICAS ISLÂMICAS E MULHERES EM BUSCA DE IGUALDADE\*, \*\*

Homa Hoodfar  
Shadi Sadr

## RESUMO

No Irã, a fusão de um Estado forte com leis e instituições religiosas após a revolução iraniana de 1979, gerou uma estrutura estatal dual. As instâncias não eleitas exercem ali o controle sobre os órgãos eleitos e, na maioria das vezes, não aceitam o primado da democracia nem tampouco o princípio de igualdade entre os sexos (ou entre muçulmanos e não muçulmanos). A questão central que se coloca aqui é a de saber se um Estado religioso é capaz de se adequar a tais normas. O exame das políticas implementadas mostra que, no caso do Irã e do xiismo, o principal obstáculo deve-se mais às relações não democráticas entre Estado e Sociedade do que à compatibilidade (ou falta de) real ou potencial das tradições e práticas religiosas com os princípios democráticos.

**Palavras-chave:** Irã. Religião. Islã. Laicidade. Direitos das Mulheres. Movimento de Mulheres. Políticas Públicas.

## IRAN : POLITIQUES ISLAMIQUES ET FEMMES EN QUÊTE D'ÉGALITÉ

### RÉSUMÉ

En Iran, la fusion d'un État fort avec des lois et institutions religieuses après la révolution iranienne de 1979 a engendré une structure étatique duale. Les instances non élues y exercent leur contrôle sur les organes élus et n'acceptent pour la plupart ni le primat de la démocratie, ni le principe d'égalité des sexes (ou entre musulmans et non-musulmans). La question centrale posée ici est de savoir si

---

\* Gostaríamos de agradecer a Shahra Razavi, Anne Jenichen, Arang Keshavazian e Diane Singerman e a todas as revisoras por seus comentários perspicazes, assim como a Rima Athar e Hana Askren pelo seu cuidadoso trabalho editorial.

\*\* Tradução da versão francesa para o português por Fernanda Marina Feitosa Coelho. Revisão da tradução por Naira Pinheiro dos Santos e Ana Claudia Miglioranza. O texto original em francês "Iran : politiques islamiques et femmes en quête d'égalité", *Cahiers du Genre*, 2012/3 (HS n° 3), p. 47-67 foi traduzido do inglês por Jacqueline Heinen.

un État religieux est à même de se conformer à de telles normes. L'examen des politiques à l'oeuvre montre que, dans le cas de l'Iran et du chiisme, le principal obstacle réside davantage dans le maintien de rapports non démocratiques entre État et société que dans la compatibilité réelle ou potentielle des traditions et pratiques religieuses avec les principes démocratiques.

**Mots-clés** : Iran, religion, Islam, laïcité, droits des femmes, mouvement des femmes, politiques publiques

A religião nunca foi completamente separada do Estado no Irã, especialmente depois que o Islã tornou-se a religião oficial do país no século XVI. No entanto, a fusão entre Estado e Religião em 1979, no rescaldo da revolução popular, resultou numa nova versão da modernidade na era da mundialização. A coalizão de líderes religiosos fundamentalistas que ascendeu ao poder recusa tanto o primado da democracia, quanto a premissa de igualdade entre homens e mulheres (ou muçulmanos e não-muçulmanos), ambos considerados contrários à sua leitura da escritura divina. Amplos segmentos da sociedade que haviam internalizado o princípio da igualdade entre todos os cidadãos, pelo menos teoricamente, viram-se em contradição ideológica com um Estado que muitos deles tinham ajudado a colocar no poder. Atores com pontos de vista políticos, sociais ou de gênero divergentes se confrontaram, portanto, no seu desejo de acesso ao poder e a recursos, culminando na criação de uma estrutura dual na qual as instâncias estatais não eleitas, e que não precisavam prestar contas a ninguém, estavam em condições de controlar os órgãos eleitos.

Na prática a doutrina religiosa, (no sentido estrito do termo), foi incorporada a um Estado historicamente poderoso, centralizado e autoritário, para assegurar uma visão conservadora da 'boa sociedade muçulmana', simbolizada pelo destino reservado às mulheres. Montantes significativos de recursos foram consagrados à implementação de políticas socioeconômicas e a reformas jurídicas restritivas em relação a elas, o que gerou considerável resistência da parte delas e de outras forças sociais que aspiravam viver numa sociedade plural e democratizar o Estado e a religião islâmica. Além do mais, essas políticas também



contribuíram, ainda que inadvertidamente, para o desenvolvimento de um movimento de mulheres diversificado, mas cada vez mais coeso. Na prática, através de ações coletivas sobre questões concretas em favor da igualdade de gênero, ele transgride a clivagem laico/religioso, que tanto modernistas quanto islamitas têm se esforçado em construir. Os vivos e contraditórios debates políticos que daí resultaram, servem como indicadores da capacidade de adaptação do regime islâmico em matéria de democracia e de pluralismo.

Este artigo analisa de que modo o Estado religioso intervém sobre os direitos das mulheres enquanto cidadãs, à luz das principais medidas estatais relativas ao gênero, e da evolução dos discursos e contradiscursos desde 1979. Ele oferece também uma visão geral de argumentos inovadores em favor da igualdade entre os sexos, desenvolvidos por mulheres (e por intelectuais religiosos liberais), no próprio interior do universo islâmico - reduzindo assim a distância entre as perspectivas 'islâmica' e laica/moderna sobre os direitos humanos. Teoricamente, isso deveria ter facilitado a incorporação das exigências de democracia e de igualdade (quer se trate das relações entre homens e mulheres ou de outras minorias) na ideologia, nas estruturas e nas políticas estatais, uma vez que o Estado pretende extrair a sua legitimidade da leitura do Livro. No entanto, embora esses esforços tenham produzido bons resultados junto à opinião pública e para aproximar diversos grupos religiosos liberais das forças democráticas laicas, o Estado islamista não respondeu nada positivamente. Ao contrário, as autoridades usaram o seu grande poder para adotar medidas repressivas, sufocando o debate e a contestação, inclusive nos interstícios 'religiosos' autônomos historicamente existentes.

## **O FRACASSO DA MODERNIDADE**

Em meados do século XIX, o regime autoritário da monarquia Qajar (1785-1925) era objeto de críticas crescentes por parte de intelectuais liberais e modernistas, influenciados pelos discursos islamistas sobre as causas da estagnação e da colonização das sociedades muçulmanas. Eles preconizavam a instauração de um sistema parlamentar representativo e constitucional. Duas teses irreconciliáveis dividiam os líderes religiosos

mais conservadores, os ulemás, e seus aliados modernistas. Primeiro, os ulemás afirmavam a origem divina da lei, enquanto os modernistas viam nela uma construção social. Em segundo lugar, os modernistas postulavam, ao menos em teoria, a igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sem distinção de classe (e, para alguns, de sexo ou de religião), enquanto os ulemás mais agressivos exigiam maiores direitos para os homens muçulmanos do que para as mulheres e para os não muçulmanos. Enquanto os modernistas consideravam o progresso da educação e do papel desempenhado pelas mulheres na esfera pública (ou mesmo os seus direitos políticos) como parte integrante da modernidade, os fundamentalistas eram extremamente hostis a tais ideias, das quais eles previam as consequências e as declaravam contrárias ao Islã (Najmabadi, 1993; Afary, 1996, 2009). Essas divergências fundamentais continuaram presentes na política iraniana desde então.

Com o estabelecimento do regime Pahlavi (1925-1979), comprometido com os ideais modernistas, mas não com a democracia, os ulemás foram, na sua maioria, postos à margem das estruturas de poder. Eles continuavam, no entanto, a exercer uma autoridade moral, privilegiando os laços com grupos sociais conservadores e com todos aqueles que não se beneficiavam dos frutos da modernização. Essa aliança entre ulemás e forças patriarcais poderosas, começando pelos *bazaaris* (a classe tradicional de comerciantes) marcou fortemente a política iraniana e a luta das mulheres pela igualdade de gênero, particularmente no que se refere à sua participação na vida política e à reforma do direito de família. Assim, o tema da cidadania das mulheres ocupou um lugar central nos conflitos que opunham modernistas e fundamentalistas religiosos, embora nem uns nem outros se interessassem de fato pelo destino das mulheres.

O poder modernista não adotou, tampouco, reformas jurídicas capazes de influenciar o estatuto das mulheres e as relações de gênero. Além da introdução de uma idade mínima para o casamento e do decreto de 1936 banindo o véu, a reforma mais significativa foi a adoção do sufrágio feminino em 1963, como parte da ‘revolução Branca’ incluindo uma reforma agrária, durante muito tempo adiada. Os ulemás que, devido a doações religiosas, controlavam grandes extensões de

terra, se opuseram radicalmente a essas reformas e mobilizaram as forças conservadoras da oposição decretando o carácter não-islâmico da ampliação dos direitos das mulheres. O fracasso da sua insurreição levou o jovem aiatolá Khomeini – o mais ferrenho adversário político da monarquia Pahlevi - a se exilar no Iraque.

Em 1967 (e em 1973), depois de décadas de *lobbying* da parte das mulheres, reformas jurídicas moderadas foram introduzidas (Sanasarian, 1982). A lei sobre a proteção da família melhorou parcialmente o estatuto das mulheres dentro do casamento: o direito ao divórcio, anteriormente prerrogativa do marido, passa a partir de então a ser submetido a julgamento; e casamentos poligâmicos tornaram-se condicionados à autorização da primeira mulher ou do tribunal. A lei também expandiu um pouco o direito de custódia das mulheres, com base nos ‘melhores interesses da criança’. Apesar de seu escopo modesto, essas reformas foram objeto de ataques ferozes por parte da elite fundamentalista, furiosa por ver limitada a sua esfera de influência. O aiatolá Khomeini (então no exílio) também proclamou publicamente (enquanto no exílio) o não reconhecimento da nova legislação aos olhos da religião: se uma mulher divorciada voltasse a se casar estaria exposta à acusação de bigamia, seus filhos seriam considerados bastardos, proibidos de se casarem com muçulmanos (Khomeini, 1947).

Os direitos das mulheres continuaram a ser usados como uma arma na luta pelo poder opondo o regime modernizador Pahlavi aos líderes religiosos. Além do mais, mesmo que estes tivessem pouca influência no campo político ou econômico, eles conservavam uma inegável autoridade moral junto aos grupos conservadores, especialmente em relação às questões ‘privadas’ da família, do casamento e dos papéis ‘apropriados’ para as muçulmanas. Suas convicções advinham de uma leitura restritiva da xaria (a lei islâmica), que não levava em conta as realidades sociais iranianas. Como consequência, as militantes dos direitos das mulheres apoiaram os progressos jurídicos e sociais limitados devidos ao regime Pahlavi, algumas de forma passiva e outras mais ativamente, através de estruturas estatais e de organizações de mulheres patrocinadas pelo Estado.

Graças às suas vastas receitas petrolíferas, o regime Pahlavi lançou um ambicioso projeto de industrialização e de urbanização sob o controle de tecnocratas e de assessores formados no Ocidente. Para além da considerável expansão no plano econômico e educacional, esse período testemunhou também o aumento das disparidades de renda entre ricos e pobres. Desenvolvimento e autoritarismo andavam juntos: o país foi transformado em um estado policial com poucas liberdades intelectuais ou políticas, que culminou com a introdução de um sistema de partido único. Tendo em vista a tendência ditatorial do Estado, o encolhimento da esfera pública e o silêncio imposto aos críticos (mesmo os mais moderados) de um lado e, de outro lado, o menosprezo pela cultura e costumes iranianos em nome da modernidade, o regime se vê privado do apoio de numerosos setores da sociedade, incluindo mulheres que poderiam tê-lo apoiado em sua busca de modernidade.

Ao contrário da ala fundamentalista de oposição, que se beneficiava da riqueza das instituições religiosas e de uma rede de mesquitas em todos os cantos do país, as forças laicas não dispunham de um espaço público próprio (embora exercessem influência informal dentro das universidades), nem do apoio econômico de órgãos independentes para promover seus pontos de vista ou para mobilizar os cidadãos em prol de uma mudança social e política. E como o Estado tomou o cuidado de não provocar demasiadamente as instituições religiosas, dada a sua legitimidade aos olhos de uma boa parte da população e, em particular, dos estratos sociais desfavorecidos, as mesquitas continuavam sendo o único lugar relativamente aberto ao público.

Foi nesse contexto que nasceu, durante a revolta de 1978, o vasto movimento de oposição reunindo atores religiosos e seculares - conservadores nacionalistas, islamistas e estudantes laicos de esquerda. A essa coalizão improvável juntaram-se funcionários públicos, cuja greve geral levou muito rapidamente à queda da monarquia no início de 1979. Ficou claro, no entanto, que a exigência de democracia e de participação política ia de encontro à aspiração de Khomeini a uma teocracia integral (*velayat-e faqih*)<sup>1</sup>. Os compromissos em curso levaram a uma 'teocracia republicana' complexa.

---

<sup>1</sup> O principal slogan durante o último mês da revolução foi: 'Liberdade, independência, República Islâmica!'. A exigência de uma República visava acabar com a monarquia, que o público associava à ausência de democracia.



## ISLAMIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPOSTAS DAS MULHERES

O sistema político posto em prática nos primeiros anos do regime de Khomeini compreende duas estruturas (de diferente grau de importância): em primeiro lugar, uma forte estrutura teocrática dirigida por um Líder Religioso Supremo, cuja legitimidade é assegurada por meio da invocação do poder divino; e, em segundo lugar, uma estrutura de menor importância, mas democrática, que inclui a presidência e o parlamento. O Líder Supremo exerce suas funções pela vida toda e não se reporta a ninguém nem a nenhum órgão. Os 12 membros do Conselho de Guardiões da Constituição, encarregados de supervisionar o parlamento eleito, tratam de assegurar que qualquer lei aprovada por este não se desvie da interpretação do próprio Conselho sobre o Islã. Embora o presidente, o parlamento, e a Assembleia de Peritos sejam em princípio “eleitos diretamente” pelo público são eles que decidem quem pode ou não pode ser candidato. Daí a intolerância para com qualquer dissidência, seja ela de ordem laica ou emane das instâncias religiosas (como é o caso de muitos reformistas). O próprio Conselho depende do Líder Supremo, que também nomeia ou aprova as forças armadas, o chefe do Judiciário e o Conselho de Discernimento. Assim sendo, na prática, a máquina do Estado iraniano depende de um pequeno grupo não eleito, que tem o controle sobre o governo “eleito” e sobre os órgãos legislativos.

A completa fusão do poder político e religioso teve enormes consequências para o desenvolvimento da democracia em geral e para a igualdade de gênero em particular. O papel das mulheres na sociedade constituía uma importante plataforma na oposição de Khomeini ao regime Pahlavi e um ponto de convergência de diversas forças conservadoras, tanto culturais quanto religiosas. Imediatamente após a revolução, e, mesmo antes da elaboração de uma nova Constituição, o governo decidiu retomar a segregação sexual e desmantelar o direito de família em vigor, principalmente para garantir o apoio das forças conservadoras. Os ideólogos do novo regime desejavam uma sociedade islâmica baseada numa estrita separação de sexos, anulando efetivamente as conquistas que ativistas dos direitos das mulheres haviam alcançado ao longo de sete décadas.

Reafirmando a autoridade do clero, Khomeini revogou a Lei de Proteção da Família duas semanas após ter chegado ao poder. Os homens recuperaram o direito unilateral ao divórcio – com a poligamia, e o ‘casamento temporário’ sendo inclusive encorajados (Haeri, 1989; Paidar, 1997). As mulheres foram proibidas de se tornarem juízas, conforme a tradição xiita. A idade da maturidade foi fixada em nove anos para as meninas e 14 anos para os meninos. Quanto às relações sexuais fora do casamento tornaram-se crime contra o estado, punível com apedrejamento e chicoteamento. As tentativas de revolta das mulheres foram imediatamente sufocadas pelo novo governo ao mesmo tempo em que um amplo espectro de grupos políticos alertava contra o risco de divisões e de enfraquecimento do Estado “anti-imperialista” (Sana-sarian, 1982; Shahidian, 1994). No entanto, em resposta à declaração de Khomeini sobre o uso obrigatório do véu- que aconteceu, por acaso, na véspera do dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, data que não teria tido tanto eco não fora por isso- verificaram-se as maiores manifestações espontâneas da história do movimento de mulheres no Irã, obrigando o regime a recuar provisoriamente (Paidar, 1997). Além disso, a participação em larga escala das mulheres na revolução, assim como o novo *status* de símbolo revolucionário conferido ao véu, impedia as autoridades de ignorarem o papel das mulheres como agentes políticos. Na medida em que o comitê encarregado de redigir a Constituição (composto basicamente por membros masculinos do clero e por apenas uma mulher) queria evitar qualquer formulação que evocasse a igualdade das mulheres, eles argumentaram que Deus as havia privado de certos direitos e que nenhuma instância neste mundo poderia mudar isso<sup>2</sup>. Assim é que, aos olhos da lei, ainda hoje, a vida de uma mulher vale duas vezes menos do que a de um homem: num processo o testemunho de duas mulheres equivale ao de apenas um homem; e, em matéria de herança, as mulheres recebem duas vezes menos do que as suas contrapartes masculinas.

---

<sup>2</sup> Vide relatório detalhado dos debates preparatórios da Constituição da República Islâmica do Irã (55ª sessão), publicado pelo Comitê Parlamentar de Relações Públicas e de Assuntos Culturais (primeira edição, p. 6150-6164).





Tal discriminação flagrante indignou muitas ativistas laicas e religiosas que haviam lutado contra o regime anterior em nome da justiça social e da democracia. Elas atacaram os ulemás, forçando-os a um diálogo para o qual eles não estavam preparados, exigindo saber deles por que o direito islâmico favorece unicamente os homens, embora as mulheres tivessem manifestado seu apoio ao regime. As militantes laicas, que não tinham nenhum vínculo com o regime islâmico, lançaram publicamente o debate através de publicações mensais ou semanais, acusando muitas vezes o Islã de ser incapaz de fazer justiça às mulheres. Ao que as mulheres islâmicas responderam com um comentário dos textos sagrados ‘amigo das mulheres’, contestando a leitura conservadora que os homens estavam fazendo dos seus direitos. Em outros tempos, as suas declarações teriam sido qualificadas como heresias, mas no contexto político movimentado de então, elas apareceram como uma tentativa moderada de salvar o Islã e a religião do descrédito (Hoodfar, 1999), embora a literatura política predominantemente masculina muitas vezes ignore o fato de que as teóricas e as organizações femininas impulsionaram o reformismo iraniano muito antes de ele ter capturado a imaginação dos dirigentes masculinos.

Consequentemente, o jovem Estado se viu obrigado a restabelecer gradualmente muitas das reformas do direito de família que Khomeini havia se apressado em revogar, e a adotar uma leitura da Sharia mais aberta ao gênero, fonte de novas divisões entre ulemás fundamentalistas e liberais (Hoodfar, Kar, 1996). Os cidadãos, e as mulheres em particular, usaram seus direitos políticos para eleger, entre 1989 e 2003, candidatos ao Parlamento e à presidência relativamente liberais, resultando numa série de reformas jurídicas modestas, mas significativas.

Assim, muitas reformas foram introduzidas sob a presidência de Rafsanjani (1989-1997): a revisão da lei sobre o divórcio, a reintegração das mulheres juízas em tribunais de família, o restabelecimento da Secretaria das Mulheres, etc. Após a eleição de Khatami para a presidência (1997-2005), líder dos reformadores, o Irã testemunhou a emergência de uma sociedade civil moderna e a expansão de grupos políticos, incluindo muitas organizações cuja razão de ser era defender a causa das mulheres e fazer com que a justiça de gênero ocupasse um lugar



central no debate público. Consternados com o que entendiam como uma ‘laicidade desenfreada’, os fundamentalistas mobilizaram seu poder para eliminar os candidatos de espírito liberal, particularmente após a reeleição de Khatami em 2001. Graças a encontros religiosos de mulheres abertas ao seu proselitismo, o Escritório do Líder Supremo financiou e treinou milhares de pregadoras transformadas em soldados do regime, popularizando a ideia de um mundo baseado na segregação dos sexos.

### **IMPACTO DO REFORMISMO SOBRE O MOVIMENTO DE MULHERES**

Embora os conservadores e o aiatolá Khomeini o houvessem criticado fortemente em 1963, o direito das mulheres ao voto foi uma das poucas conquistas que permanece em vigor após 1979, por razões basicamente instrumentais. Dada a maciça contribuição das mulheres à revolução, sua exclusão política formal privaria os dirigentes de uma reserva apreciável de vozes. No entanto, apesar de sua participação entusiástica nas eleições, a proporção de mulheres no Parlamento manteve-se inferior àquela de antes da revolução: de 7,0% antes de 1979, ela passa a 1,5% durante as três primeiras legislaturas da República Islâmica, para subir ligeiramente em seguida— o score mais elevado foi alcançado em 2000-2004, com 4,4%. Note-se que erigiram-se fortes obstáculos à sua eleição: apenas as mulheres com credenciais religiosas ‘apropriadas’ (laços de sangue estreitos ou casamento com um representante da elite políticas) eram aceitas como candidatas. Além disso, era esperado que as mulheres se mantivessem em silêncio, muito felizes por terem obtido direitos políticos. Foi assim que Azam Talaghani, uma ativista anti-Xá, filha do aiatolá Talaghani, cuja popularidade seguia de perto a de Khomeini, eleita para o primeiro parlamento pós-revolucionário, com mais de um milhão de votos, foi excluída das listas nas eleições subsequentes por ter criticado a recusa do regime em promover a justiça de gênero.

A eleição presidencial de 1997 marca uma virada na política eleitoral iraniana, ao mesmo tempo em que abriu um novo capítulo na luta política das mulheres pela igualdade. Azam Talaghani suscita a controvérsia concorrendo ao cargo: de acordo com ela, nada impedia uma mulher de se tornar presidente, de acordo com a sharia. Sua candidatura foi rejeitada sem qualquer explicação, mas ela teve repercussões ao longo de todo



o período eleitoral, criando novas brechas no debate sobre igualdade política das mulheres (Hoodfar, 2000). Assim quando Khatami, um clérigo então pouco conhecido, concorreu contra o candidato favorito dos conservadores (Nateq Nouri) com um programa de tolerância, liberdade de expressão, justiça para as mulheres e defendendo um ‘diálogo de civilizações’, ele se torna muito popular. Muitas mulheres reformistas conhecidas, incluindo a neta do aiatolá Khomeini, e membros reformistas do parlamento o apoiaram abertamente. Apesar dos distúrbios causados por bandidos em apoio às forças conservadoras, Khatami obteve 70% dos votos. Embora o Irã não contabilize oficialmente o número de votos por sexo, admite-se geralmente que foram sobretudo os votos de mulheres e de jovens que lhe conferiram essa esmagadora maioria. Sua eleição provocou uma onda inédita de otimismo no seio das forças sociais que desejavam a democratização do país, assim como o aumento da mobilização nas fileiras laicas, particularmente entre as mulheres.

Enquanto, até então, o perfil dos partidos privilegiava o seu programa econômico, a inesperada vitória de Khatami em 1997, fez com que a balança pendesse para um sentido social e político. As mulheres (e jovens) haviam mudado a paisagem política, facilitando também o engajamento dos intelectuais. Mesmo aqueles que, no passado, haviam apoiado a supremacia do Líder Espiritual, passaram a denunciar publicamente a falta de democracia e o custo disso para a nação e para o Islã. A laicidade, ou seja, a separação entre religião e Estado, recupera terreno nos debates públicos, inclusive dentre muitos muçulmanos devotos (dentre os quais alguns membros do clero) - o que foi mal recebido pela ala conservadora da elite, que usou de diversos meios, inclusive a prisão, para silenciar essas vozes.

Não obstante a vitória política dos reformistas tenha propiciado o brotar da sociedade civil e de organizações não governamentais (ONGs), principalmente de mulheres, assim como a flexibilização de algumas restrições (quanto ao código de vestimenta das mulheres, entre outras), ela não resultou em reformas democráticas ou jurídicas em favor da igualdade de gênero. O Conselho de Guardiões e o poder judiciário, ambos controlados pelos fundamentalistas, usaram seu poder de veto sobre o Parlamento para derrubar leis consideradas contrárias

ao Islã. Obrigados a admitir que a religiosidade das mulheres não mais se traduziria automaticamente em votos a seu favor, os conservadores induziram seus partidos a mobilizá-las para ganhar as eleições para os conselhos locais (Sadeghi, 2009).

Desapontadas com oito anos de muito discurso e pouca ação dos reformistas, muitas mulheres e jovens contribuíram para a derrota destes ao boicotar as eleições presidenciais de 2005. Isso possibilitou aos islamistas radicais retornarem à disputa sob a liderança do presidente em exercício, Ahmadinejad. Aliados a facções políticas conservadoras, eles defendem pontos de vista mais extremistas e criticam a dimensão republicana da estrutura estatal. A partir de 2005, suas políticas objetivaram desfazer as reformas conquistadas com muito custo pelas mulheres em 25 anos, supostamente portadoras de uma ‘laicização desenfreada’ e de ocidentalização. Logo após sua vitória eleitoral, eles lançaram uma campanha para combater o afrouxamento do código de vestimenta feminino e impor normas de conduta mais rígidas, especialmente no tocante às relações entre homens e mulheres em público. Eles introduziram um sistema de quotas para limitar o acesso das mulheres à universidade onde sua superioridade numérica, segundo eles, estava influenciando as relações de poder entre os sexos no mercado de trabalho e na família num sentido não islâmico, ou seja, em favor das mulheres.

### **MILITANTES ISLAMISTAS E REFORMISTAS EM BUSCA DE JUSTIÇA**

Face à ausência de progressos e ao risco de políticas sexuais ainda mais retrógradas, tanto as militantes reformistas quanto as islamistas concluíram que elas não podiam contar com os seus homólogos masculinos para instaurar um mínimo de justiça de gênero. A fim de sensibilizar o público e usar cada espaço político, elas revitalizaram ou criaram as suas próprias organizações não mistas (apenas para mulheres), assim como plataformas em torno de pontos específicos, ainda que muitas continuassem também a colaborar com os partidos tradicionais<sup>3</sup>. Embora essas coalizões em torno de temas variados sejam muito fluidas e de

---

<sup>3</sup> Em 2008, 18 dos 244 ‘partidos políticos’ eram compostos exclusivamente de mulheres e suas estratégias inéditas conferiram uma nova vitalidade e urgência às reivindicações das mulheres pelo direito a uma cidadania plena.

composição mutável duas delas se destacam: a das islamistas e a das reformistas (que frequentemente inclui militantes laicas).

Embora as suas reivindicações convergissem em relação ao direito de família e ao acesso das mulheres a postos de tomada de decisão, seus respectivos posicionamentos face às estruturas de poder ditaram estratégias políticas diferentes. Estas divergências aparentes, por vezes, fazem com que umas sejam tidas como mais ‘radicais’, enquanto outras passam por mais ‘tolerantes’, mais submissas às convenções e, portanto, menos ameaçadoras para os fundamentalistas. As leituras sobre os direitos das mulheres que organizações de militantes islamistas fazem a partir da xaria são mais liberais do que as dos conservadores, mas frequentemente mais moderadas do que as das reformistas. Elas acreditam mais numa mudança gradual e usam uma linguagem mais conciliadora. A plataforma da mais influente dessas associações, a *Zeinab*, presidida por Maryam Behrouzi, ex-deputada, eleita três vezes para o Parlamento, sustenta que o islã reconhece a igualdade entre os sexos, e que as injustiças que incidem sobre as mulheres se devem a interpretações patriarcais dos textos religiosos.

Com mais de 82 ramificações em Teerã e em sessenta outras cidades e vilas, a *Zeinab* dispõe de uma rede formidável para mobilizar um grande número de mulheres. Sua estratégia política consiste geralmente em lidar com um problema de cada vez, formando uma coalizão com outras organizações islamistas e realizando um trabalho de *lobbying* no mundo político, especialmente junto a líderes religiosos influentes. Muitas reformas do direito de família, tais como a adoção do contrato nacional de casamento ou a obtenção da custódia de seus filhos pelas viúvas de mártires, foram atribuídas à liderança de Behrouzi e aos esforços da *Zeinab*. Esses sucessos relativos lhes valeram certo reconhecimento entre as islamistas e elas estão progressivamente ampliando as suas reivindicações.

Em 2004, a *Zeinab* anunciou a sua intenção de eleger 38 deputadas para a sétima legislatura do Parlamento – a sexta, sob os reformadores, contava com apenas treze mulheres dentre 290 eleitos. Embora essa tentativa tenha sido mal sucedida, ela teve o mérito de impor um debate fundamental sobre a questão da representação política das



mulheres e das cotas. Em 2007, a *Zeinab* assumiu outra posição ousada apresentando, pela primeira vez na história da República Islâmica, seis candidatas para a Assembleia de Peritos, historicamente composta de clérigos (todos do sexo masculino). As suas candidaturas foram, obviamente, rejeitadas, mas essa ação foi vista como um desafio direto aos conservadores no comando das estruturas estatais e como uma maneira de estimular debates em nível nacional sobre a igualdade das mulheres, aprofundando a divisão entre ulemás reformistas e fundamentalistas. Com a ascensão de radicais islâmicos ao poder, até mesmo as militantes que se expressavam de dentro do movimento islamista, como a *Zeinab*, perderam sua influência. No entanto, quando da reforma sobre a herança, elas conseguiram garantir que ambos os cônjuges se beneficiem de direitos hereditários idênticos.

Por seu lado, as associações de mulheres reformistas possuem uma sólida história: muitas existiam antes da ascensão dos partidos dessa mesma corrente política. Firmes na sua vontade de eliminar as discriminações contra as mulheres, de melhorar a sua situação no seio da família e de promover a sua presença em todos os cargos de alto nível, essas associações lutaram incansavelmente para que as reivindicações das mulheres ocupassem um lugar central nos debates nacionais, especialmente através da popularização de uma interpretação dos textos islâmicos em perspectiva de gênero. A sua principal diferença com as militantes islamistas é que elas são geralmente mais críticas e preocupadas em manter a sua independência em relação aos grupos políticos predominantemente masculinos, apesar da perseguição por parte das autoridades sob a presidência de Ahmadinejad.

Muitas de suas líderes vêm de famílias religiosas proeminentes e utilizaram seus relacionamentos para se protegerem politicamente, ao mesmo tempo em que questionavam as políticas do regime e as injustiças de gênero. Azam Talaghani não se candidatou apenas às eleições presidenciais de 1997, mas a cada eleição desde então. Isso incentivou muitas mulheres de todos os horizontes a fazer o mesmo - 42 mulheres se apresentaram na eleição de 2009. Embora as suas candidaturas tenham sido todas rejeitadas pelo Conselho de Guardiões, a discussão permeou todas as camadas sociais e aumentou as críticas ao conservadorismo dos dirigentes iranianos em matéria de gênero.



## PRAGMATISMO DAS FEMINISTAS LAICAS<sup>4</sup>

Desde a criação da República Islâmica, os militantes laicos e intelectuais se viram excluídos do espaço político muito limitado de que dispunham até então. Diante da adoção de leis retrógradas, da obrigatoriedade do porte do véu e da natureza antidemocrática do regime, algumas ativistas laicas dos direitos das mulheres deixaram o país. A maioria das que ficaram continuaram a militar no âmbito de encontros informais, buscando consolidar seus contatos com as iranianas expatriadas e com o movimento internacional de mulheres para pressionar o regime. Suas principais estratégias consistiam em fazer ressoar as violações dos direitos humanos - lapidação, flagelo público, situação lamentável das mulheres nas varas de família – e questionar a capacidade do Islã de tratar os sexos de forma igualitária. Por sua vez, as militantes islamistas empreenderam novas leituras de textos religiosos num sentido favorável às mulheres, conferindo um lugar central às questões de direito e de justiça. Isto lhes permitiu fazer pressão para obter uma reforma das leis mais draconianas do direito de família.

O movimento de mulheres laicas recuperou algum espaço com a política liberal do governo Rafsanjani (1989-1997). Preocupado em reafirmar a imagem do Irã como uma teocracia ditatorial, ele deu seu apoio a ONGs prestadoras de serviços, a maioria delas dirigidas por esposas e filhas de funcionários oficiais, enquanto as ativistas laicas conseguiam criar algumas organizações, qualificadas como ‘não feministas’. Por sua vez, o governo reformista de Khatami (1997-2005) encorajou uma expansão limitada da sociedade civil e do debate público. As militantes laicas começaram a publicar artigos em revistas islamistas, facilitando assim a colaboração entre diversas correntes do movimento de mulheres. Pode-se ver aí o início de um feminismo pragmático (Paidar, 2001).

Contudo, foi o Prêmio Nobel da Paz concedido em 2003 a Shirin Ebadi por sua atuação na promoção dos direitos das mulheres e das crianças que revitalizou o movimento feminista iraniano como um todo, particularmente a sua ala laica. Esta última representava agora uma força determinante: em junho de 2005 ela organiza a maior manifestação

---

<sup>4</sup> Definimos como laicas aquelas que reivindicam a separação entre a religião e o Estado e que militam em defesa dos direitos humanos.



de oposição desde o começo da Revolução, exigindo uma revisão da Constituição para revogar toda discriminação legal contra as mulheres (Ahmadi-Khorasani, 2006). No entanto, a eleição de Ahmadinejad, o assédio governamental, a prisão de militantes laicas, o fechamento de ONGs femininas e a proibição de centenas de publicações sem dúvida refrearam o ativismo aberto do movimento de mulheres, mas não o sufocou. E isso graças a uma nova estratégia.

### **CAMPANHAS CONJUNTAS E RECURSO A TECNOLOGIAS DIGITAIS**

O silenciamento da esfera pública levou as organizações de mulheres a se utilizar de sites, blogs, redes virtuais e outras arenas do jornalismo cidadão como principal recurso para continuar presentes na cena política (Terman, 2009). Que elas tenham conseguido difundir, via internet, as imagens da violenta repressão estatal contra as manifestantes durante os comícios de junho de 2009 sobre a fraude eleitoral, capturando a atenção do mundo inteiro, atesta o seu sucesso. Embora o governo iraniano, assim como o seu homólogo chinês, investisse maciçamente em métodos que permitissem controlar ou prejudicar a comunicação pela internet, ele está ainda longe de dominar essa arte<sup>5</sup>.

Independentemente da dificuldade de agir publicamente, a maioria das mulheres (sem distinção de classe) consideram inaceitável o conflito entre as suas necessidades cotidianas e as normas impostas pela ideologia estatal. E as militantes continuam a encontrar formas de resistir e de lutar pela mudança (Hoodfar, Sadeghi, 2009). A coleta face a face, por uma ampla coalizão de mulheres laicas e reformistas, de assinaturas para a campanha ‘Um milhão de assinaturas’, em agosto de 2006, que visava a mudança da Constituição e revogar as leis discriminatórias, atesta também a expansão de um movimento de mulheres mais pragmático. Apesar do número considerável de detenções e de prisões, essa campanha tornou-se muito popular entre as mulheres jovens. As lições tiradas de sua própria história, inclusive a falta de organização ou de estrutura política independente para possibilitar

---

<sup>5</sup> O Irã é um dos maiores usuários de internet e de comunicações móveis. Vide “Freedom on the Net: A Global Assessment of Internet and Digital Media”: [www.freedomhouse.org/template.cfm?page=383&report=79](http://www.freedomhouse.org/template.cfm?page=383&report=79)





às militantes articularem suas demandas durante a revolução de 1979, fizeram emergir o desejo de elaborar uma ‘carta das mulheres’ delineando as suas reivindicações mais prementes. O site feminista *Meydaan* lançou um projeto em outubro de 2006 e a versão ‘em movimento’ da carta foi posta em circulação para uma consulta mais ampla em maio de 2009, durante a campanha presidencial (Women’s Charter, 2009).

A iniciativa ‘Pare para sempre as lapidações’ constitui outro exemplo de campanha bem sucedida. Essa resposta à retomada da lapidação, logo após a ascensão de Ahmadinejad ao poder, representou um ponto de união para muitas mulheres e causou dissidência generalizada, minando a legitimidade do governo. Lançada por um pequeno comitê, dentre as quais a advogada de direitos humanos, Shadi Sadr, essa iniciativa atraiu a atenção da mídia internacional e levou à formação de grandes coalizões internacionais na luta para acabar com as violências contra as mulheres perpetradas em nome da cultura e da religião. Tudo isso culminou na campanha mundial ‘Paremos de matar e de lapidar as mulheres, lançada pela rede internacional, ‘Mulheres sob leis muçulmanas’ (Campanha global contra a xaria<sup>6</sup>). Ela constrangeu tanto o regime que ele chegou ao ponto de desenvolver uma argumentação jurídica e teológica para eliminar a lapidação do sistema legal iraniano.

O autoritarismo do governo Ahmadinejad incitou mulheres de todas as tendências a formar coalizões pragmáticas para contestar o seu poder e refutar, entre outras: a imposição de um código de vestimenta mais restritivo e de um maior controle sobre espaços públicos através de uma ‘força policial moral’ maior e melhor remunerada; a discreta implementação de um sistema de cotas para limitar o acesso das mulheres às universidades e, sobretudo, o projeto de Código de Família que, na prática, anularia quase todas as reformas que as mulheres haviam conseguido impor ao longo das décadas anteriores. Pela primeira vez na história da República Islâmica, militantes islamistas - reformistas e laicas, incluindo Shirin Ebadi e outras mulheres da esquerda – entraram no Parlamento, lado a lado e de improviso, para protestar contra os projetos de lei retrógrados, que facilitariam os casamentos poligâmicos para os homens e limitaria o direito das mulheres ao divórcio. Contudo,

---

<sup>6</sup> The Global Campaign to Stop Killing and Stoning Women (SKSW Campaign): [www.stop-stoning.org](http://www.stop-stoning.org)



embora a sua ação unitária tenha impedido provisoriamente a ratificação da lei, o Parlamento a adota rapidamente no outono de 2009, no rescaldo da disputada eleição e das agitações políticas, mostrando mais uma vez o seu desprezo pela opinião pública.

Depois de ter ‘forçado’ a elite política a reconhecer a importância dos votos das mulheres, as militantes exigiam ser levadas a sério enquanto força política nas eleições presidenciais de 2009. Tanto as islamistas, quanto as laicas e reformistas formaram coalizões para discutir e difundir suas demandas. Além disso, elas organizaram reuniões e conferências públicas para questionar diversos candidatos presidenciais sobre a integração da plataforma de gênero nos seus programas. Essa estratégia agressiva não só colocou as necessidades das mulheres no centro do debate eleitoral, mas também levou os candidatos reformistas a acolher as suas demandas. Por sua vez, a atenção conferida às suas necessidades levou dezenas de milhares de mulheres a participar das eleições, quando haviam planejado boicotá-las.

Depois da sua reeleição contestada em junho de 2009, até mesmo Ahmadinejad se sentiu obrigado a nomear três mulheres para cargos ministeriais (das quais apenas uma foi confirmada), a fim de evitar as acusações sobre o caráter retrógrado do seu programa em relação às mulheres. Apesar das controvérsias em torno dele, esse anúncio por si só indica a força das persistentes reivindicações em favor de um poder democrático e que preste contas de seus atos (Shahrokni, 2009).

A experiência iraniana mostra que a religião, como outras ideologias, é constantemente manipulada, moldada e reformulada por seus seguidores. Pelo menos em teoria, o debate teológico é capaz de admitir a igualdade de gênero, ou pelo menos a equidade entre os sexos, uma vez que as mulheres levantem as suas vozes e proponham interpretações de textos islâmicos nesse sentido (Razavi, 2006). No entanto, a tomada em consideração das exigências das mulheres pela legislação tem sido lenta, sufocada pelo caráter não democrático do atual Estado. Portanto, a existência de uma estrutura estatal – religiosa ou laica - minimamente democrática, estimulando uma sociedade civil e uma esfera pública dinâmica, mostra-se fundamental para a promoção da igualdade de gênero e de uma atitude responsável por parte do go-



verno. Atualmente no Irã, dada a subordinação do setor democrático às instâncias não democráticas, é fácil suprimir a liberdade de expressão e de organização da sociedade civil quando esta contraria os interesses da ala fundamentalista do Estado, mesmo quando as demandas vêm de dentro do próprio contexto islâmico. O movimento reformista, que representou um esforço genuíno nesse país para construir um sistema democrático a partir de uma visão religiosa do mundo, conseguiu mobilizar uma grande parte da população. No entanto, dada a ausência de mecanismos políticos adequados e tendo em vista os métodos extremamente repressivos empregados pela elite no poder, as reivindicações em favor da democracia, da igualdade de gênero e dos direitos humanos não puderam produzir mudanças jurídicas nem constranger as autoridades a satisfazer essas exigências. A história recente do Irã indica que, na falta de estruturas democráticas, um governo religioso tende a deslizar para um regime ditatorial, usando ao mesmo tempo o aparelho de Estado e a ideologia religiosa para reprimir a dissidência, particularmente sobre as questões de gênero muito contestadas.

## REFERÊNCIAS

- AFARY, Janet. **The Iranian Constitutional Revolution, 1906-1911: Grassroots Democracy, Social Democracy and the Origins of Feminism.** New York: Columbia University Press, 1996.
- AFARY, Janet. **Sexual Politics in Modern Iran.** Cambridge: Cambridge University Press, 2009.
- AHMADI, Khorasani Noushin. **Women's Letter: Iranian Women's Day of Solidarity.** Teheran: Iranian Women's Cultural Center, 2006.
- HAERI, Shahla. **Law of Desire: Temporary Marriage in Shi'i Iran.** Syracuse & New York: Syracuse University Press, 1989.
- HOODFAR, Homa. **The Women's Movement in Iran: Women at the Crossroad of Secularisation and Islamisation: Women Living Under Muslim Laws.** Montpellier: WLUM, 1999.
- HOODFAR, Homa (2000). Iranian Women at the Intersection of Citizenship and the Family Code: The Perils of Islamic Criteria. In: JOSEPH, Suad (Ed.). **Gender and Citizenship in the Middle East.** Syracuse & New York: Syracuse University Press, 2000.
- HOODFAR, Homa, KAR, Mahranguiz (1996). Personal Status Law as Defined by the Islamic Republic of Iran: An Appraisal. Dossiê Especial. **Journal of Women Living Under Muslim Laws**, vol. 1, 1996.



- HOODFAR, Homa, SADEGHI, Fatemeh. Against All Odds: The Women's Movement in the Islamic Republic of Iran. **Development**, vol. 52, n° 2, 2009.
- KHOMEINI, Roohalah. **Resaleh-ye-Towzh al masa'el**. Qom: Ruh Press, 1947.
- NAJMABADI, Afsaneh. Veiled Discourses, Unveiled Bodies. **Feminist Studies**, vol. 19, n° 3, 1993.
- PAIDAR, Parvin. **Women and the Political Process in Twentieth-Century Iran**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.
- PAIDAR, Parvin. Gender of Democracy: The Encounter between Feminism and Reformism in Contemporary Iran. **DGHR**, Paper 6. Geneva: UNRISD, 2001.
- RAZAVI, Shakra. Islamic Politics, Human Rights and Women's Claims for Equality in Iran. **Third World Quarterly**, vol. 27, n° 7, 2006.
- SADEGHI, Fatemeh. Foot Soldiers of the Islamic Republic's 'Culture of Modesty'. **Middle East Report**, n° 250, Primavera, 2009.
- SANASARIAN, Eliz. **The Women's Rights Movement in Iran: Mutiny, Appeasement, and Repression from 1900 to Khomeini**. New York: Praeger Publishing, 1982.
- SHAHIDIAN, Hammed. The Iranian Left and the 'Women Question' in the Revolution of 1978-79. **International Journal of Middle Eastern Studies**, vol. 26, n° 2, 1994.
- SHAHROKNI, Nazanin. All the President's Women. **Middle East Report**, n° 253, 2009.
- TERMAN, Rochelle. Iranians use Technology Bolsters Women's Movement. **Al-Arabiya**, n° 8, Abril, 2009. Disponível em: <[www.alarabiya.net/save\\_pdf.php?cont\\_id=70223](http://www.alarabiya.net/save_pdf.php?cont_id=70223)>.
- WOMEN'S CHARTER COORDINATING COMMITTEE. Manshur Zanan. **Meydaan**, Maio, 2009.